

Delimitação geográfica da área da IG erva-mate do Planalto Norte Catarinense
Geographical delimitation of the IG yerba-mate area of the Planalto Norte Catarinense
Delimitación geográfica del área IG yerba-mate del Planalto Norte Catarinense

Recebido: 24/09/2020 | Revisado: 02/10/2020 | Aceito: 05/10/2020 | Publicado: 05/10/2020

Denilson Dortzbach

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9470-1072>

Empresa de Pesquisa e Extensão Agropecuária de Santa Catarina, Brasil

E-mail: denilson@epagri.sc.gov.br

Ludmila Nascimento Machado

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8424-797X>

Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

E-mail: ludmachado@hotmail.com

Arcângelo Loss

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3005-6158>

Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

E-mail: arcangelo.loss@ufsc.com.br

Valci Francisco Vieira

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0554-101X>

Empresa de Pesquisa e Extensão Agropecuária de Santa Catarina, Brasil

E-mail: valci@epagri.sc.gov.br

Wilian da Silva Ricce

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3300-9725>

Empresa de Pesquisa e Extensão Agropecuária de Santa Catarina, Brasil

E-mail: wilianricce@epagri.sc.gov.br

Kleber Trabaquini

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4902-4735>

Empresa de Pesquisa e Extensão Agropecuária de Santa Catarina, Brasil

E-mail: klebertrabaquini@epagri.sc.gov.br

Marcos Gervasio Pereira

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1402-3612>

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Brasil

E-mail: mgervasiopereira01@gmail.com

Otávio Augusto Queiroz dos Santos

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9554-303X>

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Brasil

E-mail: otavioqueiroz7@hotmail.com

Antonino José Jacques Gambôa Fernandez de Oliveira Netto

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4082-3215>

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Brasil

E-mail: nettoantonino@gmail.com

Resumo

Os registros de produtos com indicação geográfica (IG) são produzidos em regiões onde é possível identificar certos diferenciais, que estão relacionados com o local e forma de produção, solos, clima e colheita. Um tipo de IG é a Denominação de Origem (DO), que se refere ao nome geográfico da região que possui qualidades e características exclusivas, incluindo os fatores naturais e humanos, que, materializadas no produto ali elaborado, o diferenciam dos demais. Sendo assim, este trabalho objetivou delimitar a área geográfica da DO erva-mate do Planalto Norte Catarinense (PNC), uma vez que sua contribuição para a região é de grande importância econômica, social e ambiental. Foi realizada a delimitação geográfica da área, que teve como base o cruzamento do Mapa Político, Mapa de Hidrografia, o modelo digital de terreno, a evolução histórica dos limites municipais e a localização dos produtores de erva-mate. A estruturação da IG do PNC para produtos da erva-mate busca não apenas a formalização e a conquista de um certificado de registro de uma IG, mas também a participação efetiva dos atores na cadeia produtiva, na tomada de decisão, na viabilização de políticas públicas territoriais e na construção de acordos coletivos. A delimitação geográfica permitiu definir a área de produção que permite a obtenção de um produto de qualidade específica. A área da delimitação geográfica da IG erva-mate do PNC corresponde a 12.024,81km², representando 12,6% do território catarinense. A IG vem ganhando notória importância no mercado agroindustrial pois apresenta a competência de diferenciar um produto ou serviço de seus semelhantes, a partir de características naturais (clima, solo, vegetação) e humanas (modo de fazer), tornando, assim, um produto único.

Palavras-chave: Indicação geográfica; Denominação de origem; Desenvolvimento regional; Saber-fazer; Produto diferenciado.

Abstract

The records of products with a geographical indication (GI) are produced in regions where it is possible to identify certain differentials, which are related to the place and form of production, soils, climate, and harvest. One type of GI is the Denomination of Origin (DO), which refers to the geographical name of the region that has unique qualities and characteristics, including natural and human factors, which, materialized in the product produced there, differentiate it from the others. Thus, this study aimed to delimit the geographical area of the DO yerba-mate of Planalto Norte Catarinense (PNC), since its contribution to the region is of great economic, social and environmental importance. The geographical delimitation of the area was carried out, which was based on the crossing of the Political Map, Hydrography Map, the digital terrain model, the historical evolution of the municipal limits and the location of the producers of yerba mate. The structuring of the IG of PNC for mate products seeks not only the formalization and the achievement of a certificate of registration of an IG, but also the effective participation of the actors in the production chain, in decision-making, in making public policies feasible, and the construction of collective agreements. The geographical delimitation allowed to define the production area that allows obtaining a specific quality product. The geographical delimitation area of the IG yerba mate of the PNC corresponds to 12,024.81km², representing 12.6% of the Santa Catarina territory. The IG is gaining notorious importance in the agro-industrial market because it has the competence to differentiate a product or service from its peers, based on natural characteristics (climate, soil, vegetation) and human characteristics (way of doing), thus making it a unique product.

Keywords: Geographical indication; Appellation of origin; Regional development; Know-how; Differentiated product.

Resumen

Los registros de productos con indicación geográfica (IG) se elaboran en regiones donde es posible identificar ciertos diferenciales, que están relacionados con el lugar y forma de producción, suelos, clima y cosecha. Un tipo de IG es la Denominación de Origen (DO), que se refiere al nombre geográfico de la región que tiene cualidades y características únicas, entre ellas factores naturales y humanos, que, materializados en el producto allí elaborado, lo diferencian de los demás. Así, este estudio tuvo como objetivo delimitar el área geográfica de la DO yerba-mate do Planalto Norte Catarinense (PNC), ya que su aporte a la región es de gran importancia económica, social y ambiental. Se realizó la delimitación geográfica del área, la cual se basó en el cruce del Mapa Político, Mapa Hidrográfico, el modelo digital del terreno, la

evolución histórica de los límites municipales y la ubicación de los productores de yerba mate. La estructuración del IG del PNC para yerba-mate busca no solo la formalización y el logro de un certificado de registro de un IG, sino también la participación efectiva de los actores de la cadena productiva, en la toma de decisiones, en la viabilidad de las políticas públicas y la construcción de convenios colectivos. La delimitación geográfica permitió definir el área de producción que permite obtener un producto de calidad específico. El área de delimitación geográfica del IG yerba mate del PNC corresponde a 12.024,81km², que representan el 12,6% del territorio de Santa Catarina. La IG ha ganado notoria importancia en el mercado agroindustrial porque tiene la competencia para diferenciar un producto o servicio de sus pares, en base a características naturales (clima, suelo, vegetación) y características humanas (forma de hacer), convirtiéndolo así en un producto único.

Palabras clave: Indicación geográfica; Denominación de origen; Desarrollo regional; Saber hacer; Producto diferenciado.

1. Introdução

O Planalto Norte Catarinense (PNC) está, historicamente, ligado à atividade ervateira. Nesta região destaca-se a exploração dos ervais nativos e os processos de produção regionais como elementos centrais na manutenção da notoriedade e reputação em produzir erva-mate (*Ilex paraguariensis* St. Hil.), diferenciada e de qualidade única (Vogt et al., 2016; Dortzbach et al., 2018a).

A atividade ervateira tem grande importância socioeconômica para a região Sul do Brasil, além de contribuir para a conservação dos remanescentes florestais (Mattos, 2011; Mattos, 2015; Marques et al., 2014; Dortzbach et al., 2018b; Machado et al., 2020). Esta atividade, especificamente no PNC, ocupa uma posição de destaque na produção extrativa vegetal do país (Vogt et al., 2016; Machado et al., 2020). Atualmente, a erva-mate é o principal produto alimentar extrativo da biodiversidade brasileira (Souza et al., 2005; Souza, 2010; Marques et al., 2014; Mattos, 2015; Dortzbach et al., 2018b).

A erva-mate produzida no PNC em ambiente de sombra esparsa junto à floresta é consagrada pelo sabor suave específico e mais valorizado no mercado. Dela são produzidos diversos tipos de produtos, tanto para consumo interno como para exportação, de chimarrão a chás verdes e tostados. Estes sabores únicos e de qualidade inigualável que são reconhecidos pelos consumidores, estão relacionados com a sua origem, gerando notoriedade aos produtos e

a região do PNC. O saber-fazer e os fatores naturais dão a erva-mate singularidades locais da região de onde a erva-mate é endêmica (Dortzbach et al., 2018c; Machado et al., 2020).

O PNC caracteriza-se por ser uma das principais regiões produtoras de erva-mate do Brasil e uma das únicas com significativa produção a partir de ervais nativos. Ademais, a produção de erva-mate configura-se como uma atividade fortemente vinculada às tradições e a história das famílias da região (Chaimsohn & Radomnki, 2014; Chaimsohn et al., 2016; Marques et al., 2019). Para demonstrar a expressividade do produto, no ano de 2014 o PNC Catarinense produziu 13,6% da produção vinda de formações florestais naturais e 3,4% do total produzido no somatório de todas as regiões produtoras da América do Sul. A extração de erva-mate em fragmentos florestais naturais corresponde a 83,4% da produção e da origem à maioria da matéria-prima processada no PNC (Vogt et al., 2016; Machado et al., 2019). Assim, constitui uma atividade que gera renda com segurança, através de poucos investimentos, assumindo uma importante função de reserva de valor e de estabilização das famílias (Marques et al., 2019), com grande potencial para uma indicação geográfica (Dortzbach et al., 2018a,b,c).

No Brasil, há dois tipos de indicação geográfica (IG): a IG de Procedência (IP) e a Denominação de Origem (DO). A Instrução Normativa 95/2018 do INPI (Brasil, 2018) define a IP como o nome geográfico da região que é conhecida pelo seu prestígio e/ou reputação da confecção de um produto. Já a DO, refere-se ao nome geográfico da região que possui qualidades e características exclusivas, incluindo os fatores naturais e humanos, que, materializadas no produto ali elaborado, o diferenciam dos demais. A DO é comumente associada à ideia de *terroir*, que expressa a estreita relação de um produto com seu entorno geográfico, físico, ambiental e cultural (Santos et al., 2019).

As IGs são formas de diferenciação para valorar um determinado produto, pois incorporam ao mesmo, a história da região, a cultura, o saber-fazer e a identidade local, oferecendo ao consumidor uma qualidade impar. Também podem ser utilizadas como ferramentas de políticas públicas para organização do território, conservação da biodiversidade e estímulo à agricultura familiar, assim como o desenvolvimento territorial (Santilli, 2006; Silva et al., 2008; Dortzbach et al., 2018c; Dortzbach et al., 2020).

A IG erva-mate do PNC reúne condições para uma indicação geográfica na modalidade DO, pois concilia o produto/homem/território, onde se destaca o produto específico, apreciado pelos consumidores. Integram o homem em todos os processos, tendo no saber-fazer um conhecimento local único, além de um território com recursos naturais considerados os melhores para o desenvolvimento da erva-mate, que daqui é originária.

Para um registro de DO, a área de produção é a zona onde o produto apresenta características específicas, que são determinadas por um conjunto de fatores naturais e humanos, o efeito *terroir*, como referido anteriormente. Nesse caso, são necessários estudos aprofundados para demonstrar se as características e as qualidades do produto se devem exclusivamente ou essencialmente ao meio geográfico de origem, sendo necessária a apresentação de mapas edafoclimáticos, entre outros documentos comprobatórios (Silva et al., 2010).

A área geográfica delimitada para uma IG designa o espaço no qual se realiza a produção e/ou transformação do produto. A delimitação geográfica da área deve ser precisa, claramente justificada ou argumentada. Ela deverá ser realizada e respaldada por argumentos técnicos oficiais, como os resultados de estudos e pesquisas, constando em relatório os fatores naturais como clima, solo, relevo, vegetação, paisagem, dentre outros (Silva et al., 2010). Estes autores argumentam que, os limites da área geográfica podem ser os limites administrativos (distrito, município, região, estado), uma ruptura na paisagem (montanha, morro), rios, riachos ou mesmo em alguns casos, uma linha imaginária entre dois pontos de referência (produtos do mar), ou os contornos de elementos geográficos (microbacias hidrográfica).

O pedido deverá referir-se a um único nome geográfico e nas condições estabelecidas pelo Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI). Os documentos a serem apresentados, enviados de forma *on-line*, devem conter o requerimento do pedido constando seu nome geográfico, a descrição do produto ou serviço, o regulamento de uso, documento oficial que delimita a área geográfica, as etiquetas que serão utilizadas, bem como uma versão em arquivo eletrônico de imagem e a comprovação da legitimidade do requerente (Brasil, 2018).

O registro requer que a região geográfica esteja delimitada em instrumento oficial emitido pelo órgão competente de cada estado, como as Secretaria de Agricultura, ou mesmo através do Ministério da Agricultura, e seja comprovado que este nome geográfico tenha notoriedade como centro de extração, produção ou fabricação do produto ou da prestação de um determinado serviço (Bruch & Colpetti, 2014).

Neste sentido, o objetivo do presente estudo foi de delimitar a área geográfica da DO erva-mate do PNC, uma vez que sua contribuição econômica para a região é de grande importância econômica, social e ambiental.

2. Metodologia

Este trabalho foi realizado utilizando-se dados qualitativos e quantitativos, conforme métodos descritos em Pereira et al. (2018). Inicialmente procedeu-se uma pesquisa bibliográfica, desenvolvida através de conteúdos publicados em artigos científicos, teses, dissertações e livros. A busca por termos específicos, como “Erva-Mate”, “Denominação de Origem”, “Indicação Geográfica”, “Planalto Norte Catarinense”, “Saber-Fazer, foi feita com base nas plataformas Scielo, Scopus e Web of Science. Também foram realizadas visitações às experiências e realização de entrevistas com os produtores de erva-mate da região do PNC.

Baseadas nas informações bibliográficas foi realizada a delimitação geográfica da área, que teve como base o cruzamento do Mapa Político (Santa Catarina, 2013), na escala 1:500.000 (Santa Catarina, 2013), Mapa de Hidrografia na escala de 1:1.000.000 do IBGE, o modelo digital de terreno (MDT) e inserido pontos em coordenadas UTM, Datum SIRGAS2000, a evolução histórica dos limites municipais, e localização dos produtores, através das coordenadas geográficas obtidas por meio do Levantamento Agropecuário de Santa Catarina (Icepa, 2005). Essas bases de informações foram cruzadas no ArcGis 10.4. Com a elaboração do mapa foi possível identificar a participação dos municípios localizados dentro da área geográfica.

3. Resultados e Discussão

3.1 História

Para a definição dos limites da área geográfica da IG erva-mate do PNC, foi inicialmente utilizado elementos históricos, usando como base os limites municipais catarinenses firmados após o ano de 1916, quando foram definidos, naquele momento, alguns impasses entre os estados de Santa Catarina e Paraná. Na Figura 1 observa-se os limites municipais no ano de 1927 onde observam-se os municípios de São Bento do Sul, Campo Alegre, Canoinhas, Mafra, Porto União e Itaiópolis.

Figura 1. Recorte do mapa do estado de Santa Catarina, destacando as divisas municipais do ano de 1927, relacionadas ao atual território do PNC.



Fonte: IHGSC (2020).

Destacam-se que estes impasses sobre o território, atualmente conhecido como Planalto Norte Catarinense, perduraram durante décadas, iniciando-se em 1853, e que acabaram desencadeando entre outros eventos, a Guerra do Contestado. Este conflito aconteceu na área territorial de disputa de terras entre os estados do Paraná e Santa Catarina entre outubro de 1912 e agosto de 1916, e envolveu cerca de 20 mil camponeses, que tiveram que enfrentar as forças militares dos poderes estadual e federal (Dortzbach et al., 2018a).

Segundo Voltolini (2009), somente no dia 20 de outubro de 1916, chegava ao fim, em caráter oficial, uma pendência judicial que durou mais de seis décadas, em que foi assinado o acordo de limites que definiu a configuração geográfica das duas unidades federativas.

Mesmo que a tese catarinense tenha sido vitoriosa em três decisões do Supremo Tribunal Federal (STF), nenhum dos governos estaduais gostou do resultado final. O Paraná, ressalta a ocorrência de “invasão” demográfica por Santa Catarina no intuito de ganhar o direito sobre o território. Em terras catarinenses, devido as decisões das sentenças anteriores do Tribunal, foi o de perda (Schmitz, 2016).

Assim, esse território (PNC) sofreu com muitas disputas no decorrer dos anos, tanto política quanto econômica, pois nele era presente uma rica floresta e uma região dedicada ao cultivo de erva-mate, chamada de ouro verde (Dortzbach et al., 2018a). A própria história da região se confunde com a história ervateira e foi nesta relação que o meio geográfico se transforma, desenvolve e cria uma identidade única, o PLANALTO NORTE CATARINENSE - PNC.

Na Tabela 1 são apresentadas as informações relacionadas a data da colonização, passagem para o *status* de distrito, ano da emancipação e os municípios dos quais foram desmembrados. No ano de 1916 foram definidos os novos municípios, conforme observado na Tabela 1. Em 1917 foram criados então os municípios de Porto União e Mafra, além dos distritos de Três Barras, Papanduva, Matos Costa e Itaiópolis, que tiveram sua emancipação no ano de 1918 (Fecam, 2017).

Tabela 1. Data da emancipação dos municípios do PNC.

| Municípios | Colonização | Distrito | Emancipação | Desmembrado de |
|------------------|-------------|----------|-------------|--|
| São Bento do Sul | 1873 | 1876 | 1883 | Joinville |
| Campo Alegre | 1807 | 1888 | 1897 | São Bento do Sul |
| Canoinhas | 1829 | 1902 | 1911 | Curitibanos |
| Mafra | 1816 | 1870 | 1917 | Rio Negro |
| Porto União | 1842 | | 1917 | União da Vitória |
| Itaiópolis | 1889 | 1917 | 1918 | Mafra |
| Papanduva | 1816 | 1917 | 1953 | Canoinhas |
| Rio Negrinho | 1875 | 1924 | 1953 | São Bento do Sul |
| Major Vieira | | 1924 | 1960 | Canoinhas |
| Três Barras | 1850 | 1917 | 1960 | Canoinhas |
| Irineópolis | 1885 | 1921 | 1962 | Porto União |
| Matos Costa | 1875 | 1917 | 1962 | Porto União |
| Monte Castelo | 1807 | 1953 | 1962 | Papanduva |
| Timbó Grande | | 1962 | 1989 | Santa Cecília, Canoinhas, Irineópolis e Lebon Regis |
| Santa Terezinha | 1930 | 1978 | 1991 | Itaiópolis |

Fonte: Fecam (2017).

A identidade territorial do PNC foi observada com o passar dos anos. No ano de 1955, foram definidas as Zonas Fisiográficas que obedece à divisão regional fixada através da

resolução da Assembleia Geral nº 461 de 07 de julho, em que a região foi designada de SEDIMENTAR PALEOSÓICA, sub-região ERVAIS, zona CANOINHAS (CNG,1955).

3.2 Colonização

Cabe destacar também que a formação do meio geográfico do PNC e dos ervais nativos, que são endêmicos do sul da América do Sul, é um processo natural, resultado de características geológicas, geomorfológicas, do clima, da concentração hídrica, da ação de animais dispersores de sementes e de outros fatores ambientais. Entretanto, essas áreas ocorrem em paisagens antropizadas, em territórios ocupados a aproximadamente 2000 anos atrás por povos indígenas (Dortzbach et al., 2018b).

Desta forma, torna-se indispensável considerar a ação humana, mesmo que muitas vezes involuntária, sobre a formação e distribuição das florestas e dos ervais nativos, com a contínua intervenção dos povos indígenas sobre a dinâmica das florestas (Dortzbach et al., 2018c).

Destacamos que “ervais nativos” é o termo utilizado pela população do território e também será utilizado neste estudo, para se referir ao erval produzido junto a floresta, associado a plantas endêmicas da região, como a Araucária (*Araucaria angustifolia*) em sistemas agroflorestais, diferenciando-os dos ervais plantados em monocultivo, predominante nas outras regiões de produção da erva-mate, como no Rio Grande do Sul maior produtor nacional em áreas de plantio o Paraná é maior produtor em volume (IBGE, 2017).

Segundo Noelli (1999), os povos indígenas da região tiveram grande influência na disseminação e na formação de áreas com predomínio de certas espécies úteis em sua alimentação, como pinhais, butiazais, jabuticabais e ervais, entre outras. Tinham a capacidade de transportar um “pacote básico” com as plantas que lhe eram úteis, desenvolvendo sistemas de manejo da floresta e agricultura adaptadas às regiões que habitavam, contribuindo para a ampliação e disseminação das comunidades vegetais nessas regiões.

Com a chegada dos espanhóis ao Paraguai (1524) e o contato mais direto com os povos indígenas habitantes da região, o hábito de tomar a infusão se generalizou entre os conquistadores que se encarregaram inclusive de divulgar os seus benefícios, o que em pouco tempo fez a fama da bebida se espalhar por toda a região sul do continente (Dortzbach et al., 2018a).

Posteriormente, as missões jesuíticas (1610-1768) que ocuparam a maior parte do território de origem da erva-mate foram os responsáveis por aperfeiçoamentos no cultivo da

planta, pelo aumento da sua produção, do seu comércio e exportação até 1768, quando foram forçados a deixar a América do Sul (Dortzbach et al., 2018a).

O caminho das tropas foi a primeira integração do PNC com outras regiões e foi de fundamental importância para o desenvolvimento da região. Surgem ao lado do caminho as primeiras vilas, que mais tarde se tornariam cidades (Bauer & Sohn, 2018).

No decorrer da segunda metade do século XIX, há o declínio da atividade tropeira e se consolida a atividade ervateira. Em meados de 1850, já com a região habitada por uma população atraída pelos ervais, existia uma intensa atividade ervateira no PNC, correspondendo a um período anterior à chegada dos primeiros colonizadores europeus, que ocorreu a partir de 1870 (Marques, 2014).

Segundo Gerhardt (2006), os caboclos eram considerados pessoas livres e pobres que viviam no meio rural, que ao serem contratados para trabalhar no erval durante o inverno, se tornavam ervateiros. Nas demais estações do ano assumiam a condição de camponês, produzindo alimentos para a sua subsistência. Este era um fator adicional, além do baixo investimento material exigido, que permitia extrair erva-mate com custos baixíssimos. O trabalho nos ervais representava a oportunidade de obter algum dinheiro e de comprar instrumentos de trabalho e bens de consumo.

A partir do final do século XIX, observou-se na economia e na sociedade, o início de um processo de modernização das estruturas produtivas com os adventos das ferrovias, da navegação a vapor e da expansão dos complexos agrários-mercantis exportadores como o da erva-mate. Foram criadas estruturas de beneficiamento, comercialização e transporte para atender às demandas do setor exportador. A política imigratória financiada pelo governo, por um lado, estava dentro deste movimento de modernização econômica, uma vez que os imigrantes aumentariam a oferta de mão de obra e o de fixar os imigrantes nas colônias para promoverem a prosperidade local. Em Mafra, Canoinhas e Porto União, os colonos de origem alemã e italiana atuaram ativamente nas atividades de beneficiamento e comércio da erva-mate (Goularti Filho, 2017).

Na região desenvolveram-se as condições materiais e sociais necessárias para a manutenção e a expansão da colonização. O crescimento acelerado de Joinville, a abertura da Estrada Dona Francisca, o aparecimento de novos núcleos populacionais, a navegação dos rios Iguaçu e Negro, o início da exploração racional da erva-mate em território catarinense e a construção de estradas de ferro ocorrem num curto período de 25 anos, que transformou a região numa economia mercantil. Foram criadas as condições materiais para a reprodução do capital, tendo as atividades ervateiras como o principal vetor (Goularti Filho, 2014).

Os caminhos da erva-mate contribuíram também para a fixação de colonos e para a diversificação da economia da região, tanto pelo alcance de mercados considerados longínquos ou pelo estímulo ao fluxo de mercadorias dentro da região, assim como pela necessidade da criação de indústrias que os abastecessem (Goularti Filho & Moraes, 2013).

3.3 Saber-fazer

A tecnologia empregada no PNC para processar erva-mate sofreu poucas alterações nos últimos tempos se comparada à evolução observada em outros setores agroindustriais e mesmo no setor ervateiro em relação a outras regiões produtoras. O PNC segue uma trajetória diferenciada e resiste a alguns processos tradicionais de produção e de transformação (Souza, 1998).

Assim, a erva-mate produzida em ervais “nativos” foi uma prática utilizada pelos índios e incorporada ao povo que fez e faz parte do PNC até os dias atuais, seja pelos tropeiros, caboclos, europeus e demais habitantes deste território (Souza, 1998).

O processo de obtenção do produto (saber-fazer) realizado pelos indígenas (poda, sapeco, secagem, moagem) é até hoje feito, evidentemente com melhorias na tecnologia de obtenção, mas com os mesmos processos. O fator humano empregado na colheita dos ramos da erva-mate, no sapeco, entre outros processos, tem consequências diretas na forma de produção que vem sendo reproduzidas através dos tempos, inserindo na erva-mate um sabor específico no produto final (Souza, 1998).

A produção da erva-mate criou um mercado para a expansão do complexo ervateiro, com a presença de engenhos, fábricas de barricas, carroções, ferrarias, casas comerciais, companhias de navegação e outros. Comerciantes, que atuavam na compra e venda de mercadorias em geral, passaram a se dedicar também ao comércio da erva-mate. A presença de engenhos e casas comerciais em toda a região criou elos de integração produtiva e comercial, ampliando as relações mercantis e possibilitando diversificar o capital. É a metamorfose do capital agrário mercantil para o industrial, pequenos capitalistas que prosperaram e dinamizaram a região, criando condições de “prosperidade” econômica regional (Goularti Filho & Moraes, 2013; Goularti Filho, 2014).

A indústria do mate fez com que ocorresse um considerável incremento e também o crescimento nas atividades dedicadas a lhe servirem de acessório e a lhe dar suporte operacional. Os serviços de manutenção dos engenhos, a embalagem e o consequente transporte

da erva-mate, exigiam as atividades de diversas empresas e profissionais em variados setores e atividades (Oliveira, 2001).

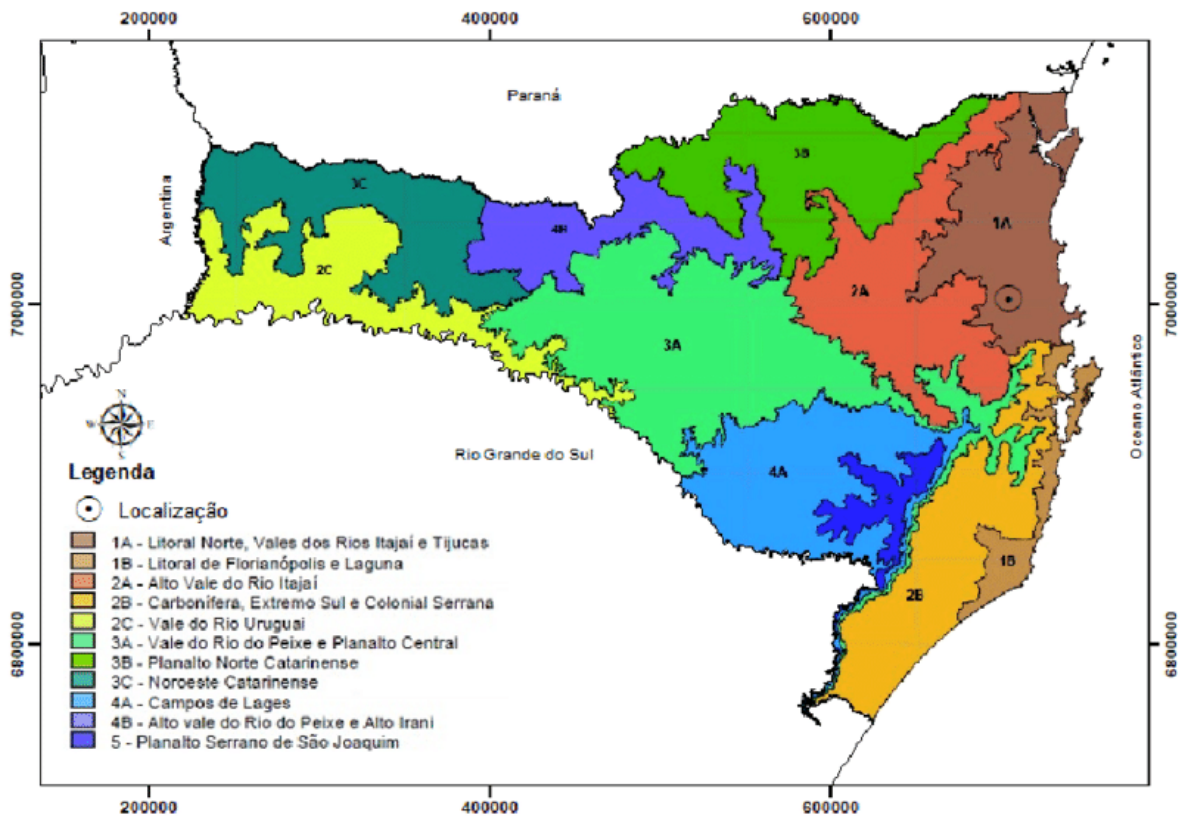
A industrialização da erva-mate provocou uma melhoria constante em sua qualidade, o que favoreceu o aumento das vendas e a conquista de novos mercados. A principal consequência econômica foi a inserção definitiva do estado de Santa Catarina no mercado internacional. Isto pode ser evidenciado pelo grande número de navios estrangeiros que passaram a atracar no Porto de São Francisco para praticar o comércio e transportar a erva-mate para os mercados consumidores. Em 1900, mais de 30% das exportações catarinenses eram de erva-mate (Santos, 2001).

3.4 Fatores Naturais

Além das questões políticas administrativas e históricas, é de fundamental importância que sejam considerados os aspectos ambientais relacionados à região a ser delimitada, entre os quais se destacam as questões climáticas, geologia, geomorfologia, solos, hidrografia, uso do solo. É importante correlacionar todas as variáveis para que se possa diferenciar um produto com características específicas sem a exclusão ou inclusão de áreas indevidas (Dortzbach et al., 2020).

O zoneamento agroecológico de Santa Catarina apresentado na Figura 2 confirma esta diferenciação, dividindo o estado de Santa Catarina em 11 regiões distintas, sendo que uma destas regiões é o PNC que engloba a Zona Agroecológica 3B, composta por 17 municípios. A definição destas zonas levou em conta as características geomorfológicas, geológicas, climáticas, vegetação primária predominante, vegetação atual e aptidão de uso das terras, buscando maior homogeneidade possível (Epagri, 2005).

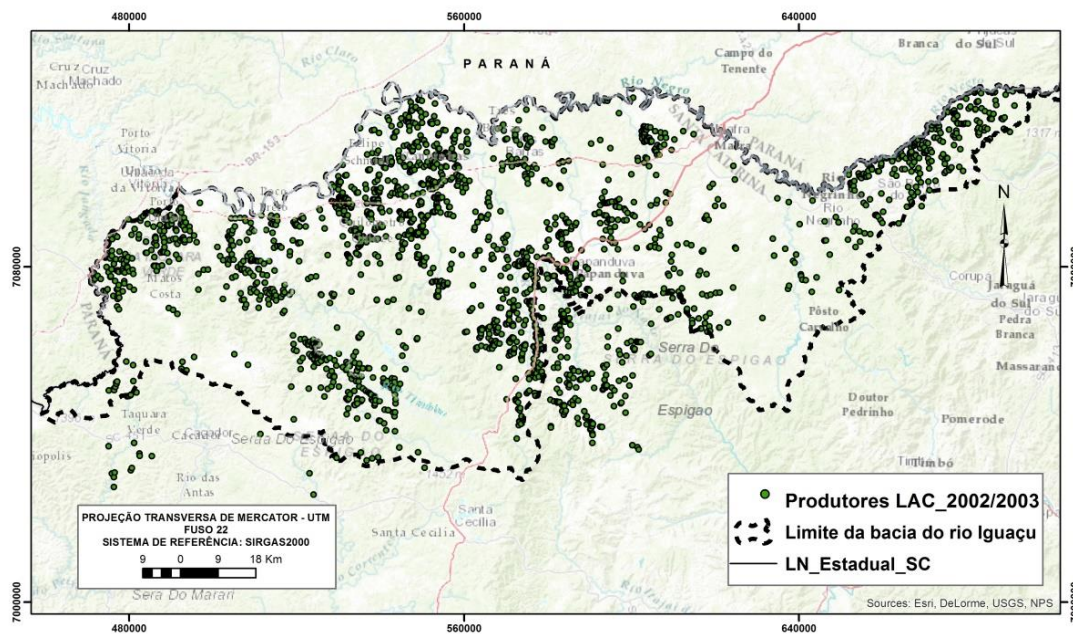
Figura 2. Mapa das zonas agroecológicas do estado de Santa Catarina.



Fonte: Epagri (2005).

Diante do exposto, os estudos para a delimitação da área inicialmente se basearam nos limites municipais definidos a partir de 1916, cruzando com o mapa de localização dos produtores de erva-mate, utilizando para este estudo os dados georreferenciados apresentados pelo Levantamento Agropecuário Catarinense (Icepa, 2005). Assim, na Figura 3 é apresentado o mapa resultante destes cruzamentos onde se observa um grande número de produtores de erva-mate distribuídos em todo o território.

Figura 3. Mapa de localização dos produtores de erva-mate.



Fonte: Elaborado pelos autores com base em Icepa (2005).

Destaca-se que o setor ervateiro, especialmente a erva-mate produzida junto a floresta, possui grandes problemas censitários, por exemplo, o censo Agro2017, do IBGE (2017), apresenta o município de Campo Alegre como sem nenhum produtor de erva-mate. Entretanto, neste município está localizada a Cooperativa de Produtores de Mate de Campo Alegre, fundada em 1938, a mais antiga cooperativa em atividade do Brasil, com mais de 200 sócios produtores. Um dos desafios da futura DO é justamente a melhoria destas informações.

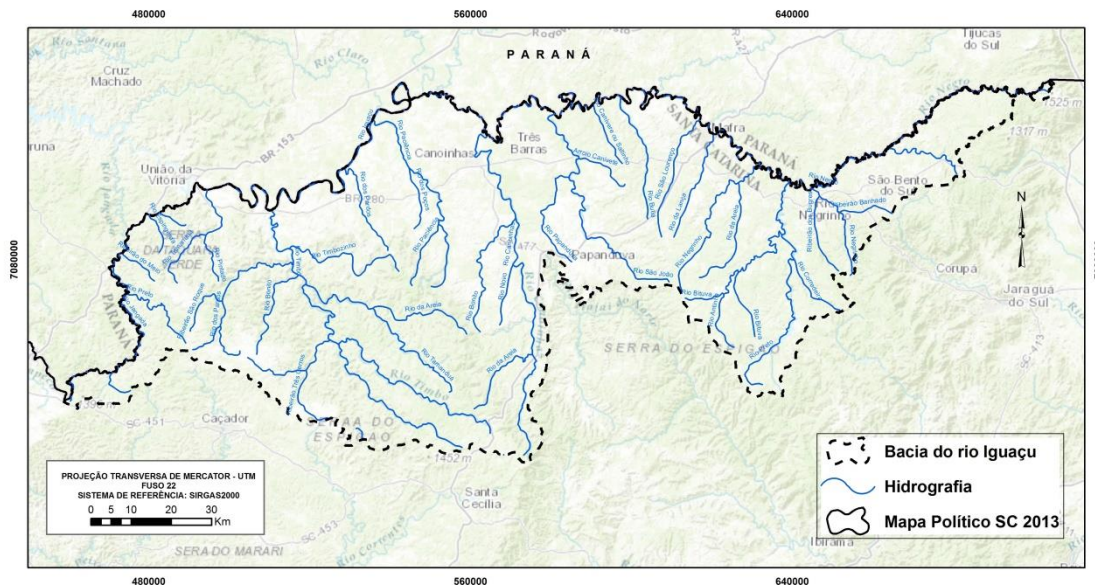
Sobre o mapa da localização dos produtores, foram sobrepostos mapas de geologia, solos, geomorfologia, clima e hidrografia, para a definição do limite adequado. Para traçar os limites foi inicialmente utilizado o divisor de água das redes de drenagem tributárias para a bacia do rio Iguçu, localizadas dentro do território Catarinense. Este critério foi utilizado, visto que os limites municipais em alguns casos não refletiam as características específicas do território, onde podemos destacar parte de municípios em que a área não se refere ao planalto. Assim utilizou-se para a delimitação os divisores de água e não os limites municipais.

Vale destacar também que as bacias hidrográficas são unidades espaciais, onde se organizam os recursos hídricos superficiais em função das relações entre a estrutura geológica-geomorfológica e as condições climáticas. As bacias hidrográficas vêm sendo adotadas como áreas preferenciais para o planejamento e gestão dos recursos hídricos, pelo fato de apresentar-

se como unidade física de reconhecimento, caracterização e avaliação que facilita a gestão (Vilaça et al., 2008).

A seguir destaca-se alguns exemplos de mapas já utilizados para a região do PNC. Na Figura 4 é apresentado o Mapa das Bacias Hidrográficas do Estado de Santa Catarina e neste, a região do presente estudo é denominada de Bacia do Iguaçu (Santa Catarina, 2020).

Figura 4. Mapa das Bacias Hidrográficas do Estado de Santa Catarina - Diagnóstico Geral.



Fonte: Santa Catarina (2020).

Outra classificação geográfica, apresentada na Figura 5, mostra o mapa do Sistema de Informações sobre Recursos Hídricos do Estado de Santa Catarina (ANA, 2013), que foi baseado na Lei nº 10.949 (Santa Catarina, 1998) e dispõe sobre a caracterização do Estado em dez Regiões Hidrográficas. Neste, a área de estudo pertence a região V - RH 5 - Planalto de Canoinhas (Bacias: Iguaçu, Negro e Canoinhas e correspondem a uma área de 11.058 Km²).

Figura 5. Mapa das bacias hidrográficas de Santa Catarina.



Fonte: ANA (2013).

Na sobreposição do mapa hidrográfico da bacia do Iguaçu com o mapa de produtores de erva-mate, verificou-se a exclusão da totalidade do município de Santa Terezinha, e porção sul de Papanduva e Itaiópolis, onde se localizam as nascentes do rio Itajaí do Norte que faz parte da bacia hidrográfica do rio Itajaí Açu, onde se observa um grande número de produtores.

Destaca-se nestas áreas uma forte ligação histórica, política (Tabela 1), social e com produto da erva-mate nativa, o que resultou em uma atenção especial nessa região. Esta forte ligação pode ser verificada já no ano 1935, onde 41 produtores dos municípios de Mafra, Papanduva e Itaiópolis se uniram para formar o “Consórcio Profissional dos Produtores de Mate”, que gerou a fundação da “Cooperativa de Erva Mate Mafra” em 12 de junho de 1937 (Mello, 2012).

Conforme observado na Tabela 2, verifica-se a importante participação destes municípios na produção de erva-mate, diferenciando a quantidade produzida tanto no sistema de erva-mate plantada como no sistema agroflorestal, bem como apresentando o rendimento e os valores obtidos na produção.

Tabela 2. Produção de erva-mate em sistema agroflorestal e plantada.

| Municípios | Agrofloresta (cancheada) | | Erva-mate plantada - Folha verde | | | | |
|---------------------|-----------------------------|-----------------------|----------------------------------|---------------------------|--------------------------|-----------------------|-----------------------|
| | Qtde produzida (t) | Produção (mil R\$) | Área colhida (ha) | Área destinada (ha) | Qtde produzida (t) | Rendimento (kg/ha) | Produção (mil R\$) |
| Canoinhas | 1.400 | 1.190 | 1.400 | 1.400 | 12.600 | 9.000 | 10.080 |
| Campo Alegre | 1.140 | 1.026 | 100 | 100 | 200 | 2.000 | 150 |
| Timbó Grande | 1.100 | 935 | 125 | 125 | 1.100 | 8.800 | 880 |
| Rio Negrinho | 1.011 | 1.112 | 52 | 52 | 172 | 3.308 | 77 |
| São Bento do Sul | 660 | 726 | 25 | 25 | 125 | 5.000 | 81 |
| Caçador | 495 | 347 | - | - | - | - | - |
| Itaiópolis | 450 | 383 | 476 | 476 | 4.050 | 8.508 | 3.240 |
| Bela Vista do Toldo | 450 | 383 | 450 | 450 | 4.040 | 9.000 | 3.240 |
| Major Vieira | 360 | 306 | 360 | 360 | 3.240 | 9.000 | 2.592 |
| Calmon | 330 | 231 | - | - | - | - | - |
| Ireneópolis | 320 | 272 | 327 | 327 | 2.880 | 8.807 | 2.304 |
| Porto União | 300 | 255 | 303 | 303 | 2.700 | 8.911 | 2.160 |
| Papanduva | 260 | 221 | 269 | 269 | 2.340 | 8.699 | 1.872 |
| Monte Castelo | 200 | 170 | 205 | 205 | 1.800 | 8.780 | 1.440 |
| Mafra | 200 | 170 | 212 | 212 | 1.800 | 8.491 | 1.440 |
| Lebon Régis | 170 | 119 | - | - | - | - | - |
| Santa Terezinha | 150 | 135 | - | - | - | - | - |
| Matos Costa | 120 | 108 | - | - | - | - | - |
| Três Barras | 100 | 85 | 100 | 100 | 900 | 9.000 | 720 |
| Santa Cecília | 9 | 8 | - | - | - | - | - |

Qtde=quantidade. Fonte: IBGE (2015)

Cabe destacar que estes municípios têm uma característica marcante em relação a pequenas propriedades rurais. Itaiópolis, Santa Terezinha e Papanduva ocupam o 2º, 8º e 24º entre os municípios em número de estabelecimentos agropecuários (IBGE, 2006), relevante para o produto erva-mate que é uma importante fonte de renda para estes pequenos produtores.

Santa Terezinha, Itaiópolis e Papanduva, assim como os demais municípios do PNC são os principais núcleos de colonização eslava e ucraniana de Santa Catarina. A história do município de Santa Terezinha, por exemplo, se inicia juntamente com a história do município vizinho, Itaiópolis, do qual fez parte até 1991. A formação destes municípios ocorreu sobre antiga rota de tropeiros que faziam a ligação comercial entre o sudeste e o sul do Brasil em lombo de mulas, e tem sua origem em conjunto com a fundação da cidade de Rio Negro (Mafra) (Dortzbach et al., 2018a).

Entre os anos 1890 e 1895, a Comissão de Rio Negro, foi responsável pela formação das colônias polonesas de Lucena e Itaiópolis num total de 1488 pessoas e a colônia de Augusta Vitória com 120 pessoas. Outros colonos chegavam em 1891, vindos da Inglaterra, e os imigrantes, russos, poloneses e alemães vieram a partir de 1903 formando, com as famílias de tropeiros que já acampavam na região, o povoado onde hoje se localizam as cidades de Itaiópolis e Santa Terezinha. Toda essa região pertenceu ao Paraná até 1909, e estava entre as terras que foram palco da Guerra do Contestado (Reis & Silveira, 2020).

Outra questão extremamente relevante foi baseada em estudos realizados na área (Sordi, 2015; 2016), demonstrando que a região compreendida por parte dos municípios de Papanduva, Itaiópolis e Santa Terezinha, que possuem redes de drenagem na Bacia do rio Itajaí-Açu, pertenceram no passado remoto ao PNC e com drenagem na Bacia do rio Paraná.

As áreas do Planalto de Santa Catarina (nível altimétrico do rio Paraná) que drenam em direção ao rio Itajaí-Açu são, de fato, áreas capturadas por essa bacia hidrográfica e tendem, devido ao recuo erosivo da escarpa a serem rebaixadas ao longo da escala de tempo. Além disso, a presença de afluentes do rio Itajaí-Açu sobre o Planalto Norte de Santa Catarina demonstra que, em muitos locais, o divisor hidrográfico não mais corresponde à linha da escarpa, pois foi, nesses casos, deslocado para oeste devido a capturas fluviais e está atualmente localizado no Planalto de Santa Catarina (Sordi et al., 2015).

O rompimento da escarpa por esses canais é um processo geomorfológico determinante para a evolução regional do relevo. Este processo provavelmente teve início quando o rio Itajaí-Açu que, no passado era apenas mais um curso fluvial costeiro, rompeu a Serra do Mar e, graças ao seu maior poder erosivo começou a erodir de forma acelerada o Planalto de Santa Catarina, alterando completamente sua dinâmica erosiva e evolutiva (Sordi et al., 2015).

Outra questão que reforça a teoria de que esta área já fez parte da Bacia do rio Paraná, refere-se à presença de pontos com altitude superiores a 800m, similares a da região adjacente. A existência de litologias diferentes em posição altimétrica semelhante sugere um possível desnivelamento tectônico, além de litologias mais recentes em posição altimétrica inferior a litologias mais antigas. Processos de basculamento seriam responsáveis por nivelar altimetricamente litologias diferentes (Sordi et al., 2015; 2016).

3.5 Delimitação geográfica da IG do PNC

Assim, definiu-se a delimitação geográfica da área da IG erva-mate do PNC com uma área de 12.024,81km², correspondendo a 12,6% do território catarinense, e a participação dos municípios pode ser observada na Tabela 3.

O território, conforme observado no mapa de delimitação da IG erva-mate do Planalto Norte Catarinense apresentado na Figura 6, localiza-se entre os paralelos e meridianos de 25°55'19,89"S e 48°53'59,25"W e 26°52'45"S e 51°26'22"W, abrangendo totalmente os municípios de: Bela Vista do Toldo, Major Vieira, Monte Castelo, Papanduva, Mafra, Rio Negrinho, Matos Costa, Porto União, Irineópolis, Timbó Grande, Canoinhas e Três Barras. Parcialmente, os municípios de Caçador, Calmon, Lebon Régis, Santa Cecília, Santa Terezinha, Itaiópolis, São Bento do Sul e Campo Alegre (Figura 6).

Seguindo estes critérios, a delimitação tem início na divisa entre os municípios de Campo Alegre, Garuva e o estado do Paraná (Figura 6), próximo as nascentes do rio Negro, coordenadas 705183,1393E e 7123786,1318N (ponto 1). O rio Negro será o limite norte da região até sua foz com o rio Iguaçu, no município de Canoinhas, coordenadas 550980,7041E e 7121356,7254N (ponto 2), sempre na divisa entre os estados de Santa Catarina e Paraná.

Tabela 3. Participação em área dos municípios localizados na IG erva-mate do PNC.

| Município | Área do Município (Km²) | Área na IG (Km²) | Área do município na IG (%) | Participação na IG (%) |
|---------------------|---|------------------------------------|------------------------------------|-------------------------------|
| Bela Vista do Toldo | 538,54 | 538,54 | 100,00 | 4,48 |
| Caçador | 985,14 | 130,97 | 13,29 | 1,09 |
| Calmon | 636,87 | 502,14 | 78,84 | 4,18 |
| Campo Alegre | 498,77 | 469,94 | 94,22 | 3,91 |
| Canoinhas | 1.143,08 | 1.143,08 | 100,00 | 9,51 |
| Irineópolis | 589,45 | 589,45 | 100,00 | 4,90 |
| Itaiópolis | 1.293,31 | 1.001,13 | 77,41 | 8,33 |
| Lebon Regis | 935,43 | 298,85 | 31,95 | 2,49 |
| Mafra | 1.403,90 | 1.403,90 | 100,00 | 11,68 |
| Major Vieira | 523,85 | 523,85 | 100,00 | 4,36 |
| Matos Costa | 434,36 | 434,36 | 100,00 | 3,61 |
| Monte Castelo | 556,92 | 556,92 | 100,00 | 4,63 |
| Papanduva | 763,33 | 763,33 | 100,00 | 6,35 |
| Porto União | 848,65 | 848,65 | 100,00 | 7,06 |
| Rio Negrinho | 907,18 | 907,18 | 100,00 | 7,54 |
| Santa Cecília | 1150,35 | 218,83 | 19,02 | 1,82 |
| Santa Terezinha | 718,26 | 409,07 | 56,95 | 3,40 |
| São Bento Do Sul | 495,67 | 251,69 | 50,78 | 2,09 |
| Timbó Grande | 594,85 | 594,85 | 100,00 | 4,95 |
| Três Barras | 438,08 | 438,08 | 100,00 | 3,64 |
| Total | 15.456,00 | 12.024,81 | 77,80 | 100,00 |

Fonte: Elaborado pelos autores

Figura 6. Mapa de delimitação da IG erva-mate do Planalto Norte Catarinense, com destaque para os pontos de referência.



Fonte: Elaborado pelos autores.

A partir deste ponto, o limite da IG continua sendo a divisa estadual, entretanto quem delimita é o rio Iguaçu, até a divisa das cidades de Porto União (SC) e União da Vitória (PR), nas coordenadas 492036,0552E e 7099111,3248N (ponto 3).

A delimitação segue partir desse ponto, pela divisa estadual (SC/PR), até próximo as nascentes do rio Jangada, localizada entre os municípios de Caçador, Macieira e o estado do Paraná, nas coordenadas 458883,4062E e 7044483,0758N (ponto 4).

Após o ponto 4, o limite segue pelo divisor de água dos afluentes catarinenses da bacia do rio Iguaçu, passando pelos municípios de Calmon, Caçador, Lebon Régis, Santa Cecília e na divisa municipal entre Monte Castelo e Papanduva com o município de Rio do Campo, nas coordenadas 590642,0434E e 7034212,4012N (ponto 5).

Destaca-se que entre o ponto 4 e 5, inclui-se a parte noroeste do município de Caçador com afluente do rio Jangada. No município de Calmon exclui-se parte centro-sul do município, com drenagem para o rio do Peixe, afluente do rio Uruguai. A porção norte dos municípios de Lebon Régis e Santa Cecília foi incluída pelo fato deste local estar as nascentes do rio Timbó, de grande importância na região e onde está sendo desenvolvido o projeto do Corredor ecológico do rio Timbó, delimitada pela Serra do Espigão.

Com o limite observa-se a presença de alguns produtores dispersos fora da área delimitada. Entretanto, em entrevista com estes produtores e conforme relatório de notas fiscais (NFs) do município, constatou-se que esta produção de erva-mate é escoada para ervateiras localizadas nos municípios de Catanduvas e Campo Ere, que fazem parte da região oeste do estado.

A partir do ponto 5, o limite deixa de ser a bacia o divisor de água do rio Iguaçu e a área da IG incorpora a drenagem do rio Itajaí do Norte ou Hercílio. O limite passa no divisor de água do rio Iraputã e seus afluentes (rio Bonito e córrego Carijó). Segue o divisor de água do córrego Lajeado, afluente do lado direito do rio Itajaí do Norte, até a divisa dos municípios de Santa Terezinha e Itaiópolis, entre as serras do Espigão, Iraputã e Moema nas coordenadas 606444,0593E e 7060565,0364N (ponto 6).

O limite segue com o divisor de água do rio Perdido, afluente do lado esquerdo do rio Itajaí do Norte, até novamente encontrar o divisor de água da bacia do rio Iguaçu, junto ao divisor do rio Bituva no município de Itaiópolis, coordenadas 615636,9822E e 7064930,9225N (ponto 7).

A partir do ponto 7, a delimitação segue pelo divisor de águas da bacia do rio Iguaçu no município de Itaiópolis até a intersecção das divisas municipais de Itaiópolis, Rio Negrinho e Doutor Pedrinho, localizado nas coordenadas 633926,034E e 7046986,4596N (ponto 8).

Na sequência, segue pelo divisor de águas passando pelos municípios de Rio Negrinho, São Bento do Sul e Campo Alegre, até novamente encontrar o marco entre os municípios de Campo Alegre, Garuva e o estado do Paraná no ponto 1. O município de Campo Alegre e São Bento do Sul tem parte dos municípios excluída, com drenagem para RH6 Baixada Norte.

4. Considerações Finais

A estruturação da Indicação Geográfica no Planalto Norte Catarinense para produtos da Erva-mate busca não apenas a formalização e a conquista de um certificado de registro de uma IG, mas também a participação efetiva dos atores na cadeia produtiva, na tomada de decisão, na viabilização de políticas públicas territoriais e na construção de acordos coletivos.

A delimitação geográfica permitiu definir a área de produção que permite a obtenção de um produto de qualidades específicas. A área da delimitação geográfica da IG erva-mate do PNC corresponde a 12.024,81km², representando 12,6% do território catarinense. A IG vem ganhando notória importância no mercado agroindustrial pois apresenta a competência de

diferenciar um produto ou serviço de seus semelhantes, a partir de características naturais (clima, solo, vegetação) e humanas (modo de fazer), tornando, assim, um produto único.

Mais estudos devem ser desenvolvidos na região do PNC visando a influência do meio geográfico sobre a erva-mate, assim como sobre as propriedades qualitativas da erva-mate para demonstrar que esse produto tem características únicas e de sabor diferenciado.

Referências

- ANA - Agência Nacional das Águas. (2013). Arquivos Digitais. Bacias Hidrográficas. Recuperado de https://dadosabertos.ana.gov.br/datasets/e4f86bece83c44e28501924a19c5a586_0
- Bauer, J., & Sohn, A. P. L. (2018). O Caminho das Tropas Desterro-Lages e o legado patrimonial: potencialidades para o desenvolvimento do seu turismo cultural. *Interações (Campo Grande)*.19(3), 655-677.
- BrasiL. (2018). Instrução Normativa 95, de 28 de dezembro de 2018. *Registro das Indicações Geográficas*. Recuperado de <https://nit.ufba.br/sites/nit.ufba.br/files/in952018.pdf>.
- Bruch, K. L., & Copetti, M. (2014). Procedimento do Registro das indicações Geográficas. In: Curso de Propriedade Intelectual e inovação no agronegócio: Indicação Geográfica. PIMENTEL, L. O. (Org.). (4a ed.), Módulo II, Florianópolis: MAPA.415p.
- Carls, S., Silva, M. L., & Arruda, P. R. L. (2018). Indicações Geográficas e Produtos Tradicionais: Anais do VII Workshop Catarinense de Indicação Geográfica.179p.
- Chaimsohn, F. P., Radomski, M. I. (2016). Sistemas tradicionais de erva-mate: características biofísicas, socioeconômicas e ambientais. In: Seminário Erva-mate XXI: modernização no cultivo e diversificação do uso da erva-mate. Curitiba. Anais do Seminário Erva-mate XXI: modernização no cultivo e diversificação do uso da erva-mate. *Documentos EMBRAPA*, 298. Colombo: EMBRAPA Florestas. 28-33.
- Chaimsohn, F. P., Gomes, E. P., Vogt, G. A., Neppe, L. G., Souza, A. M. de, Marques, A. C. (2014). Sistemas tradicionais e agroflorestais de erva mate e impactos no desenvolvimento

territorial: o centro-sul do Paraná e o norte catarinense. In: *Valdir Roque Dallabrida. Desenvolvimento territorial: políticas públicas brasileiras, experiências internacionais e a Indicação Geográfica como referência*. 1ed.São Paulo: LiberArs. 47-54.

CNG. (1955). Conselho Nacional de Geografia. XV Assembleia geral do CNG. *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro: IBGE. 17(3), 364-383. Recuperado de https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/CD1960/CD_1960_SC_1Parte.pdf.

Dortzbach, D., Tokarski, F., Neppel, G., & Vieira, V. F. (2018a). *Indicação Geográfica Erva-mate do Planalto Norte Catarinense: história*. Florianópolis: HB Editora.

Dortzbach, D., Neppel, G., Trabaquini, K., Vieira, V. F. (2018b). *Indicação Geográfica Erva-mate do Planalto Norte Catarinense: produto*. Florianópolis: HB Editora.

Dortzbach, D., Vieira, V. F., Neppel, G., Kroth, L. T. (2018c). *Indicação Geográfica erva-mate do Planalto Norte Catarinense: território*. Florianópolis: HB Editora.

Dortzbach, D., Machado, L. N., Loss, A., Vieira, E. (2020). Influência do Meio Geográfico nas Características do Mel de Melato da Bracatinga. *Research, Society and Development*. 9(9), e198997191.

Epagri - Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina. (2005). *Zoneamento Agroecológico e socioeconômico do estado de Santa Catarina*. Recuperado de <<http://epagri.rct-sc.br>>.

Goularti Filho, A. (2014). A estrada Dona Francisca na formação econômica de Santa Catarina. *Hist. R.*, Goiânia. 19(1), 171-196.

Goularti Filho, A. (2017). Agências e linhas dos correios na integração do território catarinense no século XIX. *Estudos Econômicos*. 47(2)

Goularti Filho, A., Moraes, F. F. (2013). A construção dos caminhos da erva-mate em Santa Catarina: combinação e sobreposição de transportes. *Dimensões*. 31,159-182.

Fecam - Federação Catarinense de Municípios. (2017). *Emancipação dos municípios de Santa Catarina*. Recuperado de <https://www.fecam.org.br/>.

Ibge - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2006). *Censo Agropecuário 2006*. Recuperado de <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/2006>.

Ibge - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2015). *Produção Agrícola Municipal*. Recuperado de: < <https://cidades.ibge.gov.br/comparamun/compara.php?lang=&coduf=42&idtema=158&codv=v49&search=santacatarina%7Cmeleiro%7Csintese-das-informacoes-2015>>

Ibge - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2017). *Censo Agropecuário 2017*. Recuperado de <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2017>.

Icepa. Instituto de Planejamento e Economia Agrícola de Santa Catarina Secretaria de Estado da Agricultura e Política Rural. (2005). *Levantamento Agropecuário Catarinense*. Recuperado de <https://cepa.epagri.sc.gov.br/>

Ihgsc - Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina. (2020). *Mapas do estado de Santa Catarina*. Recuperado de <https://www.ihgsc.org/mapoteca>.

Machado, L. N., Loss, A., Dortzbach, D., Brehmer, J. S., & Trabaquini, K. (2020). Análise de resíduos de produtos fitossanitários em erva-mate (*Ilex paraguariensis*) proveniente de áreas de sistema agroflorestal do Planalto Norte Catarinense. *Revista de la Facultad de Agronomía (La Plata)*. 119, 01-08.

Machado, L. N., Loss, A., & Dortzsch, D. (2019). Estatísticas relacionadas à produção de erva-mate na região do Planalto Norte de Santa Catarina. In: *X Seminário de Pesquisa Interdisciplinar (SPI), Palhoça. Interdisciplinaridade em debate: rumo a um diálogo de saberes*.

Marques, A. C., Denardin, V. F., Reis, M. S. (2014). As paisagens dos ervais no Planalto Norte Catarinense e a Conservação dos remanescentes florestais. *Agriculturas* 3, 32-36.

Marques, A. C., Reis, M. S., & Denardin, V. F. (2019). Yerba mate landscapes: forest use and socio-environmental conservation. *Ambiente & Sociedade*, 22, 01-22.

Matos, L. A. I., La Rovere, R. L. (2017). As diferentes interpretações dos conceitos de indicações geográficas por instituições brasileiras. *DRd – Desenvolvimento Regional em debate*, 7(1), 4-24.

Mattos, A. G. (2011). *Caracterização das práticas de manejo e das populações de erva-mate (Ilex paraguariensis A. Sant. Hil) nativa em exploração no planalto norte catarinense*. Dissertação (Recursos Genéticos Vegetais), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.178p.

Mattos, A. G. (2015). *Conservação pelo uso de populações de Ilex paraguariensis A. St. Hil, em sistemas extrativistas no planalto norte catarinense*. Tese (Doutorado em Recursos Genéticos Vegetais), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. 298p.

Mello, F. R. (2012). *Erva-mate: a história de quem não morreu com a cuia na mão*. Click Riomafra. Disponível em: <http://www.clickriomafra.com.br/guia/fatos-historicos/a-erva-mate-ahistoria-de-quem-nao-morreu-com-a-cuia-na-mao/>.

Neiva, A. C. G. R., Sereno, J. R. B., & Fioravanti, M. C. S. (2011). Indicação geográfica na conservação e agregação de valor ao gado Curraleiro da comunidade Kalunga. *Archivos de Zootecnia*. Córdoba, 60(231),357-360.

Noelli, F. S. (1999). A ocupação humana na Região Sul do Brasil: Arqueologia, debates e perspectivas-1872-2000. *Revista USP*. 44.

Oliveira, D. (2001). *Urbanização e Industrialização no Paraná*. Curitiba: SEED.

Pereira, A. S., Shitsuka, D. M., Parreira, F. J., & Shitsuka, R. (2018). *Metodologia da pesquisa científica*. [e-book]. Santa Maria. Ed. UAB/NTE/UFSM.

Reis, A. L. C., & Silveira, M. A. T. (2020). *A imigração polonesa no território paranaense. Aspectos culturais e distribuição espacial das colônias polonesas no espaço geográfico paranaense. In: Secretaria de Estado da Educação. Recuperado de www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/1756-8.pdf 26p.*

Reis, M. S., Montagna, T., Mattos, A. G., Filippon, S., Ladio, A. H., Marques, A. C., Zechini, A. A., Peroni, N., Mantovani, A. (2018). Domesticated Landscapes in Araucaria Forests, Southern Brazil: A Multispecies Local Conservation-by-Use System. *Frontiers in Ecology and Evolution*. 6, 01-14.

Santa Catarina. (1998). *LEI Nº 10.949, DE 09 DE NOVEMBRO DE 1998. Dispõe sobre a caracterização do Estado em dez Regiões Hidrográficas. Recuperado de http://www.aguas.sc.gov.br/jsmallfib_top/DHRI/Legislacao/Lei-Estadual-10949-1998.pdf.*

Santa Catarina - Secretaria de Estado do Planejamento de Santa Catarina. (2013). *Mapa Político de Santa Catarina (1:500.000)*. Diretoria de Geografia e Cartografia.

Santa Catarina - Secretaria de Estado do Planejamento de Santa Catarina. (2013) *Recursos Hídricos de Santa Catarina*. Recuperado de http://www.aguas.sc.gov.br/jsmallfib_top/DHRI/bacias_hidrograficas/bacias_hidrograficas_sc.pdf. 31p.

Santos, C. R. A. (2001). *Vida Material, Vida Econômica*. Curitiba: SEED. (Coleção História do Paraná; textos introdutórios). 21p.

Santos, E. A., Loss, A., Florisbal, L. M. (2019). Estudo comparativo dos conceitos de indicação geográfica utilizados nos principais países vitivinícolas. *In: VIII Workshop Catarinense de Indicação Geográfica. Florianópolis. Indicações Geográficas e Produtos Tradicionais: Anais do VIII Workshop Catarinense de Indicação Geográfica*. Florianópolis: Epagri. 1,362-367.

Schmitz, P. C. (2016). *Contestado: há cem anos era assinado o acordo de limites que configurou o Estado. Notícias do Dia*. Recuperado de <https://ndonline.com.br/joinville/noticias/contestado-hacem-anos-era-assinado-o-acordo-de-limites-que-configurouo-estado>.

Silva, A. L., Cerdan, C. E., Velloso, C. Q. (2008). *Boas práticas para indicações geográficas: A ação coletiva como elemento central na sua implementação*. Em: Pimentel, L. O., S. O. Boff, F. S. Del'Omo. Propriedade intelectual: gestão do conhecimento, inovação tecnológica no agronegócio e cidadania. Fundação Boiteux. Florianópolis. 227-235.

Silva, A. L., Cerdan, C., Veloso, C. Q., & Delphine, V. (2010). Delimitação geográfica da área: homem, história e natureza. *In: Curso de propriedade intelectual e inovação do agronegócio: Módulo II. Indicação geográfica*. Brasília: MAPA [Brasil], 128-156. ISBN 978-85-7426-111-9.

Sordi, M. V., Salgado, A. A. R., Paisani, J. C. (2015). Evolução do relevo em áreas de tríplice divisor regional de águas - o caso do Planalto de Santa Catarina: análise da rede hidrográfica. *Revista Brasileira de Geomorfologia*. 16(3), 435-447.

Sordi, M. V., Salgado, A. A. R., Paisani, J. C. (2016). Compartimentação Geomorfológica em Áreas de Tríplice Divisor de Águas Regional - O Caso do Planalto de Santa Catarina. *Geociências*. 35(4),623-641.

Souza, A. M. (1998). *Dos ervais ao mate: possibilidades de revalorização dos tradicionais processos de produção e de transformação de erva-mate no planalto norte catarinense*.124f. Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC.

Vilaça, M. F., Gomes, I., & Machado, M. L. (2008). *Bacia Hidrográfica como Unidade de Planejamento e Gestão: O Estudo de Caso do Ribeirão Conquista no Município de Itaguara – MG*. Minas Gerais. 19.

Vogt, G. A., Neppel, G., & Souza, A. M. (2016). A atividade ervateira no Planalto Norte Catarinense: a Indicação Geográfica como alternativa para a (re)valorização do produto erva-mate. *DRd – Desenvolvimento Regional em debate*. 6, 64-87.

Voltolini, A. F. F. (2009). A questão de limites de terras entre Santa Catarina e Paraná: uma análise das mensagens de governadores de 1900 a 1916. *Revista Santa Catarina em História*. Florianópolis, UFSC. 1(2), 31-38.

Porcentagem de contribuição de cada autor no manuscrito

Denilson Dortzbach – 15%

Ludmila Nascimento Machado – 10%

Arcângelo Loss – 15%

Valci Francisco Vieira – 10%

Wilian da Silva Ricce – 10%

Kleber Trabaquini– 10%

Marcos Gervasio Pereira– 10%

Otávio Augusto Queiroz dos Santos– 10%

Antonino José Jacques Gambôa Fernandez de Oliveira Netto– 10%